

POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Armando Lirio de Souza*

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a gestão de políticas públicas sociais no Brasil tem como objetivo inserir e acompanhar as metas do Plano Brasil Sem Miséria do governo federal, com ênfase no combate às desigualdades sociais, com ações de inclusão produtiva nas áreas urbanas e rurais e no fortalecimento das políticas de transferências de renda. Assim, a economia solidária assume relevância por se tratar de um campo de experimentação com ações voltadas para as populações de baixa renda e em alto grau de vulnerabilidade social. Em tese, isso poderá reduzir a ação governamental de economia solidária a um mero apêndice de uma ação assistencialista e limitar bastante o seu alcance, enquanto uma política capaz de contribuir efetivamente para o desenvolvimento territorial sustentável (Abramovay, 2007; Ortega e Mendonça, 2007; Favaretto, 2008).

Não obstante, as indefinições em relação à posição da economia solidária no governo federal impõem novos desafios à consolidação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Contudo, apesar desse quadro institucional frágil, observam-se avanços importantes na ação governamental de economia solidária, principalmente quando começa a ganhar fôlego de interiorização ou certo grau de capilaridade, e amplia suas articulações na esfera estadual e municipal.¹ Ou seja, como chegar aos rincões, ao *interland* e às querências? Esse é o grande desafio da gestão de política pública no Brasil, principalmente em regiões como a Amazônia e o Nordeste brasileiro, em que a ausência do Estado ainda é uma condição bastante cristalizada, pois resulta em: violência no campo; precariedade na infraestrutura social; e péssimos indicadores socioambientais. Portanto, pensar a inovação institucional e valorizar a identidade territorial se torna um dos elementos cruciais para a formulação de políticas públicas no país.

* Professor adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará (ICSA/UFPa). Doutor em Desenvolvimento Rural.

1. Segundo a Senaes, em 2011, o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento conseguiu aprovar dezenove projetos estaduais com o objetivo de apoiar a criação e o fortalecimento de Empreendimentos de Economia Solidária (EES) com previsão de beneficiar 15 mil pessoas. Na esfera municipal foram aprovados 42 projetos com previsão de beneficiar 5 mil pessoas. Há outros resultados importantes como: os 31 projetos aprovados na seleção de projetos de organização de catadores; o cadastramento de mais 11 mil EES como resultado do Mapeamento Nacional da Economia Solidária; o apoio a 77 incubadoras universitárias pelo Programa Nacional de Incubadoras (PRONINC); e o fomento por meio do Programa Finanças Solidárias para doze novos bancos comunitários que se somarão aos 51 bancos comunitários já existentes no Brasil (Brasil, 2011). Concretizar a execução desse conjunto de projetos não tem sido tarefa fácil, por isso a maioria dos projetos aprovados ainda se encontra na fase de celebração de convênios e somente será executada no ano de 2012.

Na busca de identificar as mais diferenciadas questões hoje apresentadas para a economia solidária, organizou-se o artigo em três seções: primeiramente, uma articulação entre os aspectos conceituais e de natureza institucional da economia solidária; segundo, uma breve discussão sobre sua transição de movimento social para ação pública; e, terceiro, a possibilidade de se pensar a articulação economia solidária e a abordagem territorial. Neste caso, não como panaceia ou modismo, mas pensar seu potencial para a política de desenvolvimento com vista a fortalecer as bases de sua consolidação enquanto políticas públicas ou mesmo como outra metodologia de conceber a ação pública no Brasil, distante das práticas corporativas, ou seja, repensar o público através da sociedade por meio de novas formas de gestão pública e representação social (Cunill Grau, 1998).

2 A NATUREZA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Afinal o que é economia solidária? Trata-se de uma ação comunitária/associativista e de atitudes de filantropia e caridade? Pode ser apresentada como uma estratégia de arranjos socioprodutivos locais ou uma forma diferente de fazer a economia e o desenvolvimento? Normalmente, a tarefa de tentar definir economia solidária é um tanto árdua. Há definições que vinculam sua origem aos princípios do socialismo utópico e outras enfatizam sua manifestação como um fenômeno novo, decorrente do processo de desestruturação do mundo do trabalho ou o advento de um novo mundo do trabalho (Chaniel e Laville, 2006). Ora, as vertentes teóricas citadas e outras normalmente partem do referencial da crise do mundo do trabalho industrial ou da sociedade industrial ou “[...] experiências solidárias na perspectiva da autogestão” (Eid, 2003, p. 5). No entanto, essa dimensão explicativa não seria suficiente para alcançar as práticas de solidariedade comunitárias, presentes em “sociedades não industriais” ou com a reduzida presença do assalariamento. Portanto, a economia solidária não pode se restringir a uma visão de alternativa de emprego ou de trabalho e renda ou, mais recentemente, a um mero apêndice da política de inclusão produtiva e de transferência de renda. Muitas vezes, elementos culturais, a trajetória do trabalho e a subjetividade, como o fortalecimento da autoestima, fazem parte do contexto daquilo que se denomina EES. Ou seja, o caráter empreendedor ultrapassa a noção econômica e de gestão, portanto, a racionalidade social, ou seja, questões não econômicas assumem importância (Eid, 2003).

Essa perspectiva permite melhorar consideravelmente a compreensão sobre o sentido histórico e a noção de economia solidária (Gaiger, 2004). Por exemplo, Leite (2009) auxilia na superação de interpretações reducionistas sobre o caráter efêmero e fugaz das experiências de economia solidária, ao apresentar a amplitude do fenômeno e ao se questionar sobre a possibilidade de ser “[...] portadora de uma capacidade de transformação social?” (Leite, 2009, p. 33). No mesmo sentido, Eid (2003) chama a atenção para o caráter de resistência presente nas experiências de economia solidária, assim como se pode destacar sua contribuição para gerar “[...] um novo entendimento da vida social e uma postura crítica diante das relações de poder” (Asseburg e Gaiger, 2007, p. 500). Em suma, essas referências permitem colocar o arcabouço explicativo sobre o sentido da economia solidária em um patamar superior de análise, pois avança na identificação de redes de desenvolvimento territorial solidário (Ortega e Mendonça, 2007), cuja repercussão econômica, social, cultural e ambiental ainda está longe de ser compreendida.

No momento, outro aspecto fundamental é o questionamento sobre qual é a natureza institucional da economia solidária. Ou seja, o principal desafio da economia solidária atualmente é ter uma identidade, seja na relação com outros movimentos sociais, a exemplo da

agricultura familiar, seja na definição de sua posição na estrutura do Estado brasileiro. Isso decorre da seguinte problemática: ao ser criada em 2003, a Senaes foi inserida no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Obviamente, esta posição na estrutura do Estado nem sempre foi tranquila, pois o MTE atua no campo da qualificação profissional e na intermediação de mão de obra. Comumente, a justificativa para esta posição desconfortável da Senaes se deveu à fragilidade política em apontar uma melhor condição de estruturação de uma política pública de economia solidária. No entanto, passaram-se oito anos do governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva e finalizou-se o primeiro ano do governo da presidente Dilma Rousseff, e a Senaes continua vinculada ao MTE. Porém, observa-se que essa posição institucional da Senaes no governo federal vem apresentando sinais de esgotamento.

Independentemente da conjuntura político-institucional, foi possível desenvolver ações de articulação da economia solidária em todo o território nacional. Assim, a Senaes assumiu a seguinte definição de economia solidária no âmbito do Sistema de Informação em Economia Solidária (Sies): “[...] é compreendida como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, prestação de serviço, poupança e crédito – organizada e realizada solidariamente por trabalhadores sob a forma coletiva e autogestionária” (Atlas..., 2009, p. 17). Observa-se na definição difundida pela Senaes um caráter amplo e muitas vezes difuso sobre o conceito de economia solidária. No entanto, houve sua adequação a outras questões como sustentabilidade, meio ambiente e gênero, conforme, pode se ver no documento-base da 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário: “Considerando essas características, a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas” (Brasil, 2011, p. 12).

A priori, pode-se afirmar que se trata de um conceito em construção, portanto, bastante suscetível às influências institucionais e organizacionais. No campo acadêmico, as teses mais respeitadas possuem centralidade no trabalho coletivo, pois nem sempre as práticas autogestionárias são passíveis de concretude ou mesmo as experiências que se autodenominam ou são denominadas economia solidária podem ser caracterizadas de imediato como EES. Isso requer observações e estudos para qualificar melhor a própria expressão organizativa da economia solidária. Uma tese importante encontra-se em Coraggio (2007), porque sua abordagem permite convergir para a constituição de diretrizes norteadoras da política pública de economia solidária, ao defender que o princípio de reprodução ampliada da vida se baseia: *i*) em preceitos constitucionais de garantia aos cidadãos e cidadãs do direito a uma vida digna; *ii*) objetiva a erradicação da pobreza, para a inclusão social e para a equidade de gênero e etnia; *iii*) defende a promoção e ampliação das oportunidades e a melhoria das condições de trabalho e renda; *iv*) reconhece e fomenta as diferentes formas organizativas da economia popular solidária, assim como, orienta para a criação de mecanismos legais que viabilizem o acesso ao crédito e ao fundo público; *v*) orienta para a promoção do desenvolvimento e da sustentabilidade socioeconômica e ambiental; *vi*) sustenta a promoção da integração e da intersectorialidade das várias políticas públicas que possam fomentar a economia popular solidária no e entre os entes federados do Estado; *vii*) e finalmente, visa o fortalecimento e o estímulo à organização e à participação social e política dos trabalhadores da economia popular solidária (Coraggio, 2007).

Em certo sentido, os significados multidimensional e multiterritorial (Haesbaert, 2004) presentes na temática economia solidária permitem sua articulação com outras políticas públicas. A compreensão do significado do movimento da economia solidária requer

apreender sua formação histórica e socioespacial e reinterpretar sua contemporaneidade, por isso, inseri-la em conjunto com a abordagem do desenvolvimento territorial poderá ser uma estratégia de fortalecimentos de ações intersetoriais e territoriais (Bonnal, 2007; Brandão 2007). Sem dúvida nenhuma, essa abordagem é bastante superior ao simplificado sentido de “empreendedorismo” ou “empreendedorismo social”.

3 A TRANSIÇÃO DE MOVIMENTO SOCIAL PARA A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Pode-se afirmar que os fundamentos e princípios da economia solidária, assim como a perspectiva de indicação de processos organizativos para a constituição da política pública de economia solidária de abrangência nacional estão presentes nos documentos das Plenárias Nacionais de Economia Solidária (FBES, 2008, 2011). Entre 2002 e 2006, foram realizadas quatro plenárias nacionais. À primeira vista, observa-se no conteúdo dos documentos elaborados pelo movimento social da economia solidária a definição de princípios e diretrizes preocupados com a constituição de um conceito ou concepção de economia solidária. Em termos gerais, o documento da 1ª Plenária de Economia Solidária se caracteriza por apresentar um conteúdo mais filosófico e se afirmar como uma carta de princípio, contudo, nele já se indicam as orientações sobre a formatação da política pública de economia solidária para a nova gestão de governo que se instalaria no Brasil, a partir de 2003, por meio das orientações sobre os “Centros de Referência Públicos”.

Segundo essa proposição, os Centros de Referência Públicos se tornariam pontos de disseminação e sensibilização dos trabalhadores para a temática da economia solidária por meio de cursos e oficinas. Portanto, havia a preocupação com a estruturação de uma política de formação “[...] como forma de sensibilizar os trabalhadores desempregados para alternativas de trabalho coletivo e proporcionar informações, conhecimentos e tecnologias sobre os aspectos que envolvem o empreendimento solidário [...]” (FBES, 2008, p. 7). Além disso, observam-se orientações relacionadas à assistência técnica em economia solidária, pois previa “[...] estudos de viabilidade econômica e planos de negócio, superando as dificuldades dos trabalhadores de se apropriarem das tecnologias e saberes disponíveis no processo produtivo, da gestão, do gerenciamento, dos resultados etc.” (FBES, 2008, p. 9). Recuperar esses fundamentos é crucial para compreender algumas das principais limitações de uma ação pública de economia solidária, como, por exemplo, os Centros de Formação em Economia Solidária (CFES), pois a ausência de uma articulação entre formação e assistência técnica corre o risco de restringir os resultados do CFES ao campo da sensibilização.

Desde sua origem a gestão estatal em economia solidária enfrenta desafios de consolidação. Em 2004, um artigo do professor Paul Singer apontava como dilemas da economia solidária a mudança de governos municipais e a possibilidade de não haver continuidade das ações públicas de economia solidária desenvolvidas em alguns municípios brasileiros, como foi o caso da Gestão Popular em Belém do Pará (O Dilema..., 2004). Nos últimos nove anos, foram estruturadas ações governamentais, a partir da Senaes, cujo conteúdo teve forte influência do FBES e de várias entidades de assessoria como a Rede Unitrabalho, a Rede de Incubadoras de Cooperativas Populares (ITCPs), a FASE Nacional, Cáritas Brasileira, Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS-CUT), a Unisol Brasil e outras (Souza, Barbosa e Reis, 2009).

Na atualidade, o grande desafio da economia solidária é se tornar uma política ampla, capaz de envolver vários segmentos político-partidários, mas principalmente ter capilaridade

na sociedade brasileira, ou seja, ser reconhecida enquanto ação capaz de estabelecer novos princípios de sociedade e novas formas de produção e consumo. Conclusivamente, isso seria a indicação para se compreender o significado da oportunidade histórica de construir um movimento social amplo e democrático. Apesar dos obstáculos, o movimento social da economia solidária e as ações governamentais, por meio da Senaes, têm demonstrado a capacidade de mobilização nacional na orientação das ações públicas de economia solidária no Brasil. Contudo, esse esforço não tem sido suficiente para dar visibilidade econômica e social aos EES. Portanto, o grande desafio da estrutura institucional para os próximos anos é criar um eixo de coordenação para esse conjunto de experiências de ação pública de economia solidária. Futuramente, isto poderá garantir *status* de política pública para a economia solidária.

4 A ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, SOLIDÁRIO E SUSTENTÁVEL

Em 2003, o governo brasileiro introduz no âmbito das políticas públicas a abordagem territorial, com destaque para o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), a ser executado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Nota-se a pretensão da abordagem territorial de enfrentar três desafios: aprimorar a integração das políticas setoriais; fazer com que o meio ambiente não seja mais exclusividade de um só ministério e sim uma preocupação de todas as políticas setoriais; e concretizar uma política de planejamento regional e territorial. Segundo Abramovay (2007), há virtudes na noção de território, pois seria fundamental para o abandono da visão setorial; permitiria uma compreensão multidimensional das possibilidades de desenvolvimento; estimularia mecanismos de governança pública inovadora; e introduziria a problemática do uso e reprodução dos sistemas naturais. Portanto, trata-se de uma temática de grande abrangência conceitual e de relevância central para a inovação institucional.

Simultaneamente, é criada a Senaes para apoiar e ampliar as ações de economia solidária (Singer, 2009), cujo conteúdo é originário das várias reuniões do Fórum Social Mundial (FSM) iniciadas em 2001 na cidade de Porto Alegre, da 1ª Plenária Nacional de Economia Solidária realizada em 2002 em São Paulo, das experiências governamentais na esfera municipal, particularmente nos municípios de Porto Alegre-RS, Belém-PA, Santo André-SP, Recife-PE e São Paulo-SP, e na esfera estadual nos anos 1990 no governo do Rio Grande do Sul (Praxedes, 2009). Por fim, observa-se uma expansão da ação pública de economia solidária no Brasil, no entanto, sua institucionalização ainda é lenta e residual.

Inicialmente, as ações governamentais no campo do desenvolvimento territorial e da economia solidária assumiram características setoriais. Nos últimos anos, é possível observar algumas proposições e movimentos institucionais no sentido de convergência com o objetivo de formatar estratégias de ações integradoras para o desenvolvimento (Souza e Filippi, 2008). Nesse sentido, considera-se importante, no campo dos sistemas participativos e com grande apelo de mobilização social e institucional, a 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário de 2007 (Brasil, 2007), em que se ratificou a possibilidade de articulação e integração das políticas públicas de desenvolvimento territorial e economia solidária. Um passo importante para estimular os debates sobre experiências e modelos de gestão pública multidimensional e multiterritorial.

No campo da economia solidária, em 2008, o FBES promoveu a 4ª Plenária Nacional de Economia Solidária, contudo, percebe-se a abordagem territorial com um papel bastante

residual na estratégia de ação proposta pelos FBES. Identifica-se uma referência ao território nas palavras-chave sobre o eixo temático do desenvolvimento como “fortalecimento territorial”, mas ainda com uma conotação setorial, pois conduz a uma visão de “[...] identidade e o reconhecimento dos produtos e serviços da economia solidária por parte dos consumidores [...]” (FBES, 2008, p. 13). Assim, preconiza o território como campo de desenvolvimento de “[...] cadeias de curta produção, comercialização e consumo” (FBES, 2008, p.13). Portanto, uma visão bastante limitada e produtivista. Isso demonstra a necessidade de aprofundar nas formações promovidas sobre economia solidária pela Senaes, Organizações Não Governamentais (ONGs) e demais esferas governamentais a temática territorial ou a abordagem territorial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na verdade, mesmo tendo assumido uma visão de transversalidade na articulação com pelo menos 22 ministérios (Singer, 2009), a economia solidária ainda precisa ser mais bem apreendida e compreendida, tanto pelos gestores públicos como pelas lideranças do movimento social urbano e rural, pelas instituições de ensino e pesquisa e pelos demais segmentos da sociedade brasileira, particularmente pelos sujeitos da própria economia solidária. Conforme Singer (2009), os esforços iniciais da Senaes viabilizaram diversas atividades de formação em economia solidária para gestores públicos² e vários outros segmentos da sociedade.

Em um sentido ainda mais amplo, Praxedes (2009) identifica as ações de economia solidária junto ao Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como experiências no interior do governo federal com repercussões na sociedade, ou nos seguimentos da agricultura familiar e nos demais beneficiários das políticas. Ratifica-se nestas duas ações governamentais a articulação economia solidária e desenvolvimento territorial rural como uma política de apoio e consolidação dos arranjos socioprodutivos locais. Em suma, há um movimento de massificação das ações de economia solidária e formação de empreendimentos de economia solidária, no entanto, o grande desafio é qualificá-los. Por exemplo, os quase 22 mil empreendimentos de economia solidária, majoritariamente rurais, registrados no Atlas da Economia Solidária ainda precisam ser mais bem analisados e caracterizados, pois podem não expressar de maneira tão fiel os princípios construídos pelo movimento da economia solidária. Ou seja, no estágio atual a economia solidária não pode correr o risco de ser somente um *quantum*.

Em termos gerais, uma leitura superficial poderia indicar que as iniciativas de gestão estatal e do movimento social da economia solidária não conseguiram êxito. Ledo engano, pois trata-se de uma tarefa de grande envergadura e complexidade. Além de exigir uma formação continuada e transversal, requer atenção da variável política e institucional. Nesse sentido, um dos grandes dilemas da economia solidária é superar a marca político-partidária e se apresentar para o conjunto da sociedade brasileira como uma proposição capaz de contribuir, por meio de suas experiências em andamento, em substrato de um modelo de desenvolvimento econômico e social com justiça social e cidadania. Assim, poderá superar os limites pautados no resgate social de populações marginalizadas, uma economia para os pobres ou de caridade. Portanto, trata-se de uma “[...] parte integrante da realidade brasileira” (Singer, 2009, p. 45), ou seja, não pode ser simplesmente ignorada, entretanto, precisa ser interpretada historicamente para que sejam compreendidas suas potencialidades e papel no desenvolvimento brasileiro.

2. Atualmente, a Senaes financia o curso de especialização Gestão Pública e Sociedade com ênfase na formação sobre política pública de economia solidária para 400 gestores públicos com dez turmas regionais.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. *In*: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. 1. ed. Campinas, SP: Alínea, 2007. p. 19-38.
- ASSEBURG, H. B.; GAIGER, L. I. A economia solidária diante das desigualdades. **Revista de ciências sociais**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 499-533, 2007.
- ATLAS da economia solidária no Brasil 2005-2007. ANTEAG, São Paulo, Todos os Bichos, 2009.
- BONNAL, P. Territorialidade, sustentabilidade, e desenvolvimento: conseguiremos conviver com processos sociais diferenciados e contraditórios. **Artigos mensais do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**, n. 7, set. 2007. Disponível em: <www.ufrj.br/cpda>.
- BRANDÃO, C. Território com classes sociais, conflito, decisão e poder. *In*: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. 1. ed. Campinas, SP: Alínea, 2007. p. 39-62.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Documento-base: por um Brasil rural com gente: sustentabilidade, inclusão, diversidade, igualdade e solidariedade. Brasília-DF, 2007, 27 p. Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2009.
- _____. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Sistema de Informação em Economia Solidária**. Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em: 1 jun. 2011.
- CHANIAL, P.; LAVILLE, J. L. A economia social e solidária na França. *In*: FRANÇA FILHO, G. *et al.* **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 39-55.
- CORAGGIO, J. L. **Economia social, acción pública y política (hay vida despues del neoliberalismo)**. Buenos Aires: Fundación Centro Integral Comunicación, Cultura y Sociedad (CICCU), 2007.
- CUNILL GRAU, N. **Repensando o público através da sociedade: novas formas de gestão pública e representação social**. Rio de Janeiro: REVAN; Brasília, DF: ENAP, 1998.
- EID, F. Descentralização do Estado, economia solidária e políticas públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo? CONGRESSO DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE AMÉRICA LATINA E CARIBE, 11. **Anais...** Osaka, Japão: FIEALC, 2003.
- FAVARETO, A. **A abordagem territorial e as instituições do desenvolvimento rural, 2006**. Disponível em: <http://www.nead.gov.br>. Acesso em: 10.dez. 2008.
- FBES. **Relatório Final da IV Plenária Nacional de Economia Solidária**, Luziânia-GO, 2008.
- _____. **Relatório Final da 1ª Plenária Nacional de Economia Solidária**. Disponível em: <www.fbes.org.br>. Acesso em: 20 abr. 2011.
- GAIGER, L. I. As emancipações no presente e no futuro. *In*: GAIGER, L. I. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/UNITRABALHO, 2004, p. 371-414.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEITE, M. de P. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 24, n. 69, p. 31-51, 2009.

O DILEMA da economia solidária. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 dezembro 2004.

ORTEGA, A. C.; MENDONÇA, N. C. Estratégias de desenvolvimento territorial rural no Brasil: continuidades e rupturas. *In*: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas-SP: Editora Alínea, 2007, p. 93-121.

PRAXEDES, S. F. Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias. **Boletim mercado de trabalho**. Brasília: Ipea, n. 39, p. 57-62, 2009. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2009.

SINGER, P. Políticas públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. **Boletim mercado de trabalho**, Brasília: Ipea, n. 39, p. 43-48, 2009.

SOUZA, A. L. de; BARBOSA, M. J. de S.; REIS, A. A. dos. Incubadoras universitárias: inovação social e desenvolvimento. *In*: BOCAYUVA, P. C. C.; VARANDA, A. P. de M. (Org.). **Tecnologia social, economia solidária e políticas públicas**. 1. ed. Rio de Janeiro: FASE; IPPUR-UFRJ, 2009, p. 260-287.

_____; FILIPPI, E. E. Controvérsias do desenvolvimento territorial: alguns aspectos da ruralidade na Amazônia brasileira. **Revista conexões**, v. 1, n. 1, p. 91-116, 2008.